

## Coronelismo e violência em

### “O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho”, de Jayme Griz<sup>1</sup>

Bruno Ramos de Freitas<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de analisar o conto “O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho”, presente na obra *O lobishomem da porteira velha* (1956) de Jayme Griz, apoiado por pressupostos teóricos defendidos por Durval Muniz de Albuquerque (2013), Rejane Carvalho (1987) e André Luiz Galvão (2018). A partir da leitura dos autores supracitados, buscamos identificar o fenômeno do coronelismo no Nordeste e a violência que lhe é subjacente como categorias analíticas, marcas sociais presentes na Zona da Mata Sul de Pernambuco, no século XIX. Neste sentido, os registros de violência no enredo foram percebidos inicialmente a partir da menção à escravidão, contextualizada na visita do Imperador D. Pedro II ao Brasil, bem como no sentimento de desalento expresso por Zé Cambinda em suas visitas ao maracatu de Pai Inácio. Em um âmbito mais restrito, o universo da casa-grande demonstrou a violência nos diálogos e no comportamento da mucama Teresa, bem como na dependência dos retirantes ao senhor de engenho. Por fim, a violência se irmana ao coronelismo nas ações extremadas do Sr. Barbosa, que cerceia a liberdade e as formas de vida da filha, cujo ato final a leva à morte. Ao considerar os vínculos entre literatura e sociedade, concluímos que o coronelismo presente no conto griziano espelha um tempo que não ficou no passado, haja vista as novas formas de domínio e de violência exercidas por latifundiários na atualidade.

**Palavras-Chave:** Jayme Griz, Coronelismo, Violência, Escravidão.

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo analizar el cuento *El caballo fantasma de la carretera Engenho Barbalho* (1956) de Jayme Griz, apoyado en supuestos teóricos defendidos por Durval Muniz de Albuquerque (2013), Rejane Carvalho (1987) y André Luiz Galvão (2018). A partir de la lectura de los autores antes mencionados, buscamos identificar el fenómeno del coronelismo en el Nordeste y la violencia que subyace como categorías analíticas, marcas sociales presentes en la Zona da Mata Sul de Pernambuco, en el siglo XIX. En este sentido, los registros de violencia en la trama fueron percibidos inicialmente a través de la mención a la esclavitud, contextualizada en la visita del Emperador D. Pedro II a Brasil, así como en el sentimiento de consternación expresado por Zé Cambinda en sus visitas al el maracatu de Pai Inácio. En un ámbito más restringido, el universo de la casa grande demostró violencia en los diálogos y comportamientos de la mucama Teresa, así como en la dependencia de los ejercitantes del hacendado. Finalmente, la violencia se combina con el coronelismo en las acciones extremas del señor Barbosa, quien restringe la libertad y el modo de vida de su hija, cuyo acto final la lleva a la muerte. Al considerar los vínculos entre literatura y sociedad, concluimos que el coronelismo presente en el cuento de Griziano refleja una época que no es el pasado, dadas las nuevas formas de dominación y violencia que ejercen hoy los terratenientes.

**Palabras-Clave:** Jayme Griz. Coronelismo, Violencia, Esclavitud.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português – Espanhol, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão da graduação, sob a orientação de João Batista Pereira.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Português – Espanhol, na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

## Introdução

A literatura é um meio para expressar ideias e visões de mundo, concepções que levam a um caminho comum: as palavras são sempre usadas para instituir uma mensagem a um pretenso leitor. Neste sentido, constata-se que são diversas as mensagens decorridas no conto “O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho”, em *O lobishomem da porteira velha* (1956), de Jayme Griz. Apenas aparentemente a história é mais uma das várias narrativas do autor pernambucano que contam fenômenos e manifestações sobrenaturais. Ao analisá-la, é possível identificar pelo menos duas situações da época em que o enredo se passa: as marcas do coronelismo e a violência no Nordeste. Sobre o coronelismo, vale lembrar que ele é um fenômeno baseado no domínio de terras e de pessoas por meio da brutalidade e da força, prática que não é exclusiva da região nordestina, mas que se faz presente, sob outras nuances, em diferentes regiões do Brasil.

A estrutura violenta que surge com o coronelismo no conto griziano surge antes que este fenômeno possuísse uma tipificação acadêmica, uma vez que, segundo as vivências de Zé Cambinda, homem negro e ex-escravizado, a violência se insere no contexto em que a escravidão permeava o mundo dos engenhos de açúcar em Pernambuco. Esse enfoque encontra uma relação direta com o conto analisado neste trabalho, por ressaltar as formas de vida na Zona da Mata Sul em meados do século XIX, onde o regime senhorial da cana-de-açúcar reproduzia, em grande medida, valores e características do coronelismo que seria disseminado no século XX. A partir dessa temática, Jayme Griz e toda sua obra conectam o passado ao presente, uma vez que o autor faz a representação de um mundo no qual a política e a sociedade pernambucana explicitam relações sociais estruturadas no poder e no domínio dos senhores de engenho sobre trabalhadores, escravizados e ex-escravizados. À luz dessa leitura, a narrativa de Zé Cambinda se materializa como uma alegoria, ao mostrar como a escravidão e a violência permitem entender os desdobramentos do enredo com o coronelismo.

Para responder à forma como emergem essas duas características no conto de Jayme Griz, reconhecemos que a violência assume diversas formas. Em um plano mais amplo, ela surge como condição estrutural, representada pela escravidão, e, sob um enfoque mais particular, ela alcança as ações e as atitudes

do Coronel Barbosa. A pertinência dessa discussão ganha ainda mais relevo a partir das reflexões teóricas adotados neste trabalho, referenciados pelo trabalho “Coronelismo e Neocoronelismo: Eternização do quadro de análise política do Nordeste?”, de Rejane Carvalho, “Nordestino: invenção do “falo” uma história do gênero masculino”, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e *O coronelismo na literatura: espaços de poder*, de André Luís Galvão. Em conjunto, esses estudos permitem compreender alguns fundamentos que estruturaram o surgimento e a permanência do coronelismo no Nordeste. Estruturalmente, as percepções sobre o conto e os temas nele enfocados se apresentam no trabalho em três partes: na primeira, mostramos como alguns autores abordam as origens e a presença do coronelismo na região nordestina; em seguida, destacamos como o coronelismo se irmana à prática da violência, como fica registrado na narrativa griziana em três momentos, e; por fim, concluímos o trabalho com as considerações finais.

## **I Sobre o coronelismo: notas introdutórias**

Os vínculos entre literatura e sociedade têm sido explorados de variadas formas, seja demonstrando o seu alcance sob um campo eminentemente estético, seja na sua apreciação sob uma perspectiva histórica, política ou ideológica. Sob qualquer uma dessas vertentes, é lícito vislumbrar como o coronelismo definiu a vida no Nordeste nos séculos XIX e XX, uma forma de exercício de poder que consistia em domínio territorial e repressão aos que ameaçavam certos interesses. Em comum, nesses espaços havia a ausência do estado, deixando margem para a atuação de homens que possuíam poder político e econômico. Essa reflexão permeia o trabalho “Coronelismo e Neocoronelismo: eternização do quadro de política do Nordeste”, de Rejane Carvalho, que questiona os parâmetros adotados para definir a vigência desse regime senhorial, abordando questões como o controle de votos dos que vivem na zona rural, as reformulações que ocorreram nos conceitos dessa forma de exercício de poder, e como essa visão econômica está presa a um clientelismo político.

Em um exame na literatura clássica brasileira e em produções recentes, a autora conclui que não há um conceito totalmente claro do que é coronelismo. As divergências sobre sua definição não são encontradas nas concepções mais

comuns, nas quais os coronéis têm uma espécie de pacto, ou compromisso com o poder local e com o mundo privado. Ela lembra, porém, que há uma “fase transitória”, que “ao nível econômico e social marcaria a transição de formas de estado tradicionais para o estado capitalista moderno” (Carvalho, 1987, p. 199). Com isso, o coronelismo passou a ser visto como uma justaposição entre velhas e novas formas de estruturação da economia e da política, o que deixa suas concepções, o seu alcance e os seus limites de atuação dentro de uma ambiguidade. Essas diferenças surgem a partir das interpretações sobre as bases do “pacto coronelista”. Há momentos em que a ideia de coronelismo se restringe “a substituição do estado pelos coronéis no exercício de funções públicas” (Carvalho, 1987, p. 194), que findaram com o fortalecimento do poder central, na saída das tomadas de decisão do Rio de Janeiro para compartilhar com outras federações do país. Essa descentralização diminuiu o poder dos coronéis, condicionado às suas propriedades, atuação que funcionava como meio para legitimar as decisões por parte do estado, o que contribuía para a sua perpetuação.

Uma das formas de apreender o coronelismo refere-se às mudanças que ocorreram no Nordeste ao longo do tempo. Para Marcel Bursztyn, em *O poder dos donos - Planejamento e clientelismo no Nordeste*, deve-se aceitar que “a centralização suposta na ‘modernização conservadora’ da agricultura não é incompatível com o fortalecimento do poder local” (Bursztyn, 1987, p. 199). Com a modernização, criou-se uma nova forma de exercício do poder, em que o estado oferece recursos materiais e simbólicos para a prática do paternalismo e do clientelismo, acentuando esse domínio regional. Nesse sentido, pode parecer paradoxal, mas “é ele (Estado) quem vai incorporar em suas práticas os elementos coronelistas” (Carvalho, 1987, p. 200): enquanto os “velhos coronéis” atuavam pela omissão do governo, os “novos coronéis” eram vistos como objetos de ação do estado. Para existir, o coronelismo precisou manter, ainda que parcialmente, a estrutura agrária tradicional. Assim, na “modernização conservadora” do campo vê-se, de fato, a concentração de latifúndios não somente no Nordeste, mas também em outras regiões do país.

Rejane Carvalho diz que, com essa transmutação, o coronelismo tradicional acabou por adotar práticas dos “donos do poder”, como o clientelismo e o paternalismo autoritário. É quando ocorre uma redução do papel dos coronéis, que

mandavam e desmandavam, para o de grandes empresários, quando o coronelismo é substituído por uma face moderna, quando os “novos coronéis” passaram a ser responsáveis por distribuir benesses aos mais necessitados. Tal mudança ocorreu com a queda da “versão ideológica do patrão bom” (Carvalho, 1987, p. 200), decorrente da atuação do estado onde antes ele não estava presente, como na segurança nos espaços de domínios dos coronéis, feita por jagunços. Tais mudanças ocasionaram alterações nos instrumentos de repressão do poder coronelista. O principal deles consistia na eliminação dos que ameaçavam seu poder de forma direta, como disputas por terra, ou por meio de contendas que tinham origem familiar. Uma nova interpretação para a morte no imaginário desses “novos coronéis” fazia-se necessária não apenas para dominar pessoas ou regiões, mas também para “eliminar os opositores se não pela morte física pela morte social” (Carvalho, 1987, p. 198). Os coronéis não precisavam mais de controle da terra, bastava estar dentro do estado e controlar os cofres públicos. Nesse sentido, ainda há uma relação necessária entre os “novos” e os “velhos coronéis”: aqueles, guardam destes traços, como a necessidade de serem carismáticos, ao mesmo tempo em que são autoritários e corruptos. Ademais, eles ainda guardam raízes clientelistas e fazem uso do estado para fins paternalistas, com o intuito de parecerem “salvadores da pátria” perante os pobres.

Essas reflexões sobre os modos de existência do coronelismo apontam para questões que o singulariza no Nordeste. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no livro *Nordestino: invenção do ‘falo’*, ressalta que a cultura que embasa o coronelismo em suas origens decorre da luta e do derramamento de sangue que forjaram a construção do homem nessa região, conhecida como “uma terra para quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar” (Durval, 2013, p. 175). Sem que seja obra do acaso, a concepção da família nordestina viria “do encontro do fazendeiro domador com a cabocla caçada a pata de cavalo para os haréns” (Durval, 2013, p. 175) com o papel decisivo da casa-grande como polarizador. Com o surgimento deste centro que mantinha em seu entorno distintas classes sociais, o local precisava ser protegido de ataques de indígenas e de senhores de engenho.

A peleja contra os indígenas visava o domínio de terras e a ampliação de propriedades. As famílias se defendiam com o uso de armas, período em que surgiu a necessidade de homens dispostos a defender os seus patrões. Para manter o

poder, estas famílias, representadas pelos patriarcas nomeados coronéis, aglutinavam-se em torno desta figura para defender sua riqueza e ocupar cargos com a criação do estado. Tais situações respondiam aos conflitos entre famílias na região, que promoviam matanças desenfreadas, com a contratação de pessoas pobres e sem instrução para tornarem-se matadores, ou jagunços, que faziam esse tipo de serviço. Com isso, a história do Nordeste teve início pela mão de coronéis e membros de suas famílias, em sua maioria homens, que se tornaram membros da Guarda Nacional, com a intenção de preservar as leis e manter a segurança e a ordem em perímetros sob sua influência.

Nessas bases foi construída a figura do homem nordestino: um homem valente, mas violento; que possuía coragem, mas que tomava atitudes questionáveis. Homens que eram capazes de perder a própria vida para não serem desonrados perante os olhos da sociedade. Ter uma arma nas mãos era motivo para demonstrar honra e poder e portar a garantia de liberdade. Esse quadro ganha uma singularidade quando visualizado um tipo da sociedade nordestina, que se cruza e se reflete na figura do coronel: os senhores de engenho, cujas origens têm a miséria e a escravidão como um referente importante para compreender a sua estatura tanto no âmbito histórico quanto ficcional. Essa figura portava a representação do atraso econômico da região, da prepotência política e da dissolução moral, devendo ser entendido como uma referência basilar de toda a história e civilização do Nordeste. Eram poderosos que possuíam semelhanças com patriarcas europeus, comportavam-se “aristocratas dos trópicos” (Durval, 2013, pág. 206), eternizadas em memórias e romances.

Nos discursos literários e memorialísticos produzidos no Nordeste ao longo do século XX, havia uma legitimação dos valores patriarcais e tradicionais defendidos pelas formas de vida instituídas pelos senhores de engenho. Um dos registros mais significativos foi de Gilberto Freyre, cujo “Manifesto Regionalista de 1926” defendia “um regionalismo criador, como chamava suas ideias, devia se inspirar no que este tipo social havia produzido em várias áreas, para desenvolver uma cultura que se modernizasse sem perder, no entanto, seus valores e tradições” (Durval, 2013, p. 207). O alcance dessas propostas remetia à estética das casas-grandes, aos cocos, aos reis de congo e aos maracatus de cabras e mulatas, às comidas de coco e à sua rica doçaria. A construção desta concepção freyreana

olhava para a modernidade, mas tinha o passado como referência: era para os nordestinos adotarem esses exemplos para resgatar os tempos da civilização do açúcar, que foi tragada pela modernização do cultivo e plantação da cana-de-açúcar, com a substituição dos senhores de engenho pela figura dos usineiros.

A remissão à construção da virilidade do homem nordestino, em uma linha tênue com a violência, conserva uma estrutura patriarcal, com a qual a representação dos senhores de engenhos é um modelo análogo em atitudes e ações, aproximando-se do que viria definir o coronelismo no século XX. André Luís Galvão, em *O Coronelismo na literatura: espaços de poder*, analisa como essa representação de mundo ganhou vida na estética, prática que segue presente “através de um discurso contínuo, que constitui a imagem do coronel marcada pela violência e pelo clientelismo político” (Galvão, 2018 pág. 23). É necessário compreender que o coronelismo permeia a sociedade e a vida política do país, e que assim é possível analisar seus mecanismos também por meio de obras literárias. Em *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, Horácio Silveira é caracterizado como um coronel. O enredo do romance mostra exemplos da omissão do estado perante a ordem do personagem para a libertação de seu jagunço. Outro exemplo que ilustra essa representação de poder consta em *Fogo morto*, de José Lins do Rego, onde os coronéis impunham o seu poder econômico e político em benefício dos seus aliados. Galvão diz que a forma como os autores apresentaram os seus coronéis, explorava o exercício do poderio político e econômico, uma vez que também eram mostradas as relações dos coronéis com seus familiares (Galvão, 2018, p. 25).

O que unifica o comportamento desses coronéis na ficção e na realidade é o poder e a obediência de subalternos, levando os que deles dependem a construir uma espécie de império do medo, solidificada pela violência, por meio de jagunços, com os quais eles ampliaram o poder e aumentaram sua riqueza. A obediência, deve-se ressaltar, aos coronéis, é sustentada por dois sentimentos contraditórios: a admiração, acompanhada de devoção, e o medo (Galvão, 2018, p. 25-26). Soma-se, ainda, a esses sentimentos, a pobreza, uma das formas mais cruéis de submissão aos coronéis. Porém, o denominador comum no poder de um coronel é o carisma: e ela é primordial, pois ao unir virtudes heroicas ao poder conquistado, como resultado viria o respaldo e o respeito da gente comandada por eles:

A obediência ao coronel (...) é sustentada por sentimentos contraditórios, mas que constantemente se alternam entre si, num misto de temor e admiração, ao mesmo tempo devoção e medo do grande chefe, representante das classes menos favorecidas, num contraste flagrante com a pobreza do povo sertanejo (Galvão, 2018, p. 26).

Como uma síntese de sua leitura, incluindo-se os dois romances citados, André Galvão lembra que o coronel só consegue poder de mando porque domina o povo pela violência e pela miséria. Ainda que a ausência do estado e a falta de investimento concorram para a permanência desse quadro social no Nordeste, a contradição presente na idealização dos coronéis vem de um imaginário que consiste no zelo por seus aliados e no ódio aos inimigos, o que reforça o poder desses homens. Com a imagem de homens que escravizam uma legião de pessoas através de ideias arcaicas, de gerações em gerações, Galvão defende que José Lins do Rego, com sua obra, reforçou a imagem que o Sul do Brasil tem do Nordeste, que possui uma degradante forma de fazer política, baseada na força bruta e no poderio bélico. A invenção de que o Nordeste é uma região atrasada, dependente economicamente do Sul, necessitando de ajuda para se desenvolver, como consta em romances regionalistas, reforça ainda este estereótipo. Por fim, esta construção da imagem dos coronéis permeia o imaginário não apenas dos nordestinos, mas de todo o país. Mesmo que derive de uma invenção, esse tipo de discurso não esconde uma verdade sobre esta região, mas a institui, como disse Galvão (2018).

A luz do que foi mostrado, constata-se que há várias definições do que é e como se estrutura o coronelismo. É possível entender este fenômeno como uma construção social por bases distintas, mas em comum entre todas há a necessidade da violência: como um meio para dominar pessoas, eliminar adversários e os riscos que elas significam. Na literatura, o que é narrado em suas histórias é baseado nesses pontos de vistas, como ficam ressaltados no conto *O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho*, de Jayme Griz. Não por acaso, a causa dos principais problemas abordados na narrativa tem um mesmo registro: a violência, em grande medida, condicionada pelo poder dos coronéis da Zona da Mata Sul pernambucana.

## II Faces da violência em *O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho*

As formas assumidas pela violência e pelo coronelismo no Nordeste permitem variadas análises, alcançando questões sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Esses enfoques encontram relação com o conto analisado neste estudo, notadamente por ele ressaltar a vida na Zona da Mata Sul em meados do século XIX. Nesse sentido, e a partir dessa temática, Jayme Griz e sua obra conectam o passado ao presente, uma vez que ele faz uma representação de um mundo no qual o contexto político-social pernambucano explicita relações sociais estruturadas à base do domínio dos senhores de engenho sobre os menos favorecidos. As obras do escritor tratam de diversos temas, mas uma situação é intrínseca a elas: a necessidade de rememorar o que via e ouvia na boca do povo, buscando materializar as relações entre a realidade e as expressões simbólicas do mundo senhorial açucareiro.

Jayme Griz ressalta temáticas que remetem ao fim desse regime na Zona da Mata Sul, e à ascensão das usinas no estado de Pernambuco, além do sincretismo religioso, da influência da cultura africana na formação da sociedade nordestina, e de citar as lendas, crenças, credices e expressões espirituais da região, ressaltando vivências de senhores de engenho, trabalhadores escravizados e ex-escravizados. Essas abordagens surgem na poesia, em obras como *Rio Una* (1951) e *Acauã* (1959), em ensaios, intitulados *Palmares, seu povo, suas tradições* (1953), *Gentes, coisas e cantos do Nordeste* (1954) e *Negros* (1865), além dos contos coligidos em *O lobishomem da porteira velha* (1956) e *O cara de fogo* (1969). Essa visão de mundo, em estilos que vão da poesia às narrativas literárias, mostra a relevante atuação do escritor, cuja obra como folclorista cultiva a tradição e, ao mesmo tempo, destaca a nostalgia de um tempo que ficou no passado, ainda que não haja um reconhecimento dos valores, da cultura e daquilo que demarcava a expressão da cultura negra que mantinha a vida nos engenhos.

Tendo vivido em Palmares, seus contos são cheios de histórias e credices que remetem a essa região. É na cidade do Cabo, que faz parte da Zona da Mata Sul, que se passa o enredo do conto analisado neste trabalho, “O cavalo fantasma da estrada do Engenho Barbalho”, parte de um conjunto de outras histórias publicadas no livro *O Lobishomem da porteira velha*. A história é contada por Zé

Cambinda, cuja vida traz à luz questões relacionadas à escravidão e ao processo de reconhecimento do povo africano, retirados dos seus países para servir de mão-de-obra nos engenhos de Pernambuco. Não por acaso, é ele que presencia o principal acontecimento da narrativa: a aparição do cavalo fantasma. Permeado pelo componente sobrenatural e pelas questões acima citadas, interessa-nos ressaltar como o relato griziano transfigura a conotação de violência que perpassa o contexto social e as condutas do senhor de engenho, nas quais se erguem o preconceito racial, a misoginia e o machismo.

Em uma leitura ligeira, são notórias as semelhanças mantidas entre a ideia de violência no Nordeste açucareiro e o que define o coronelismo, como observa Durval Muniz ao dizer que a figura do homem nordestino foi criada a partir da necessidade de reafirmar sua masculinidade, por meio de condutas questionáveis. Ou em André Galvão, que diz que a figura do coronel foi constituída por meio da violência e do clientelismo político. E, também, por Rejane Carvalho, que mostra que estas pessoas não sofriam qualquer tipo de punição, e com isso ficavam livres para impor suas vontades, geralmente por instrumentos que envolviam a força. Não por acaso, esse componente violento no conto surge a partir do contexto em que está o protagonista, Zé Cambinda, um homem cuja existência Jayme Griz utiliza como uma metáfora para trazer à luz as questões provocadas pela escravidão e o processo de reconhecimento de um povo que foi retirado de suas origens, para servir como mão de obra para os engenhos de cana-de-açúcar. Um indício textual denuncia as formas que fomentavam a produção da cana-de-açúcar em Pernambuco desde o século XVII, quando Pedro Velho, ao explicitar para Zé Cambinda as razões para o evento sobrenatural vivido por ele na noite anterior, a aparição dos fantasmas do cavalo e do casal, tivera sua origem “no ano em que D. Pedro II veio a Pernambuco, e que aqui andou em visita ao Morgado do Cabo” (Griz, 1956, p. 56).

Sem que tenha se perdido no tempo, esse importante acontecimento reverbera no conto, haja vista que ele é rememorado no cotidiano do personagem, que lembra o que significou o processo de servidão que vigorava no Brasil desde a chegada dos portugueses, transfigurado como expressão cultural assimilada na sociedade. Um exemplo desse registro ocorre quando Zé Cambinda visita o Maracatu de Pai Inácio:

Aí chegando, foi parar no maracatu de Zé Inácio, onde esteve, até tarde da noite, ouvindo o batuque e os cantos, ora dolentes ou tristes, ora quentes ou ruidosos, dos mulatos e negros de Zé Inácio. Muitos daqueles cantos Zé Cambinda não compreendia, mas era sempre com grande emoção que os ouvia. Muitos daqueles cantos Zé Cambinda não compreendia, mas era sempre com grande emoção que os ouvia. Dentro do seu eu de negro crioulo, ecoavam, naqueles momentos, vozes e gritos estranhos que se casavam e entrelaçavam, cá fora, com o batuque e os cantos gritados ou gemidos dos negros de mestre Inácio. Ele sentia tudo isso, embora não compreendesse nem pudesse explicar nada do que via e sentia diante daquele espetáculo. Eram vozes e ecos que vinham de longe. Cambinda só sentia, não sabia explicar nada. Mas aquilo bolia com ele lá por dentro, agitando - o por fora. E naqueles instantes, o que Cambinda ouvia cá fora e nas profundezas do seu ser, apenas sentindo, mas sem já compreender, não senão ecos, gritos e arroubos de uma raça em luta contra o seu destino (Griz, 1956, p. 54).

No conto, Jayme Griz se utiliza dessa manifestação cultural para mostrar um processo de repressão que negros e negras passaram no Brasil desde o século XVIII, dentro de um contexto em que eram dominados pela força e pela violência, situação presente na história que vai além do que vivencia o seu protagonista, Zé Cambinda.

A força da escravidão e suas consequências na sociedade, entretanto, trazem outra camada de violência perceptível no conto, observada no universo das casas-grandes, cuja dinâmica e estamentos sociais repercutiam faces de uma brutalidade que não se mostrava apenas sob o ponto de vista conjuntural, mas, principalmente, estrutural. Esse prisma foi observado por Gilberto Freyre, ao lembrar que Jayme Griz foi um “cantor das noites e dos dias dos banguês, das melodias do Una patriarcal, das lembranças escravas, era da Casa-grande, *quando florescia tantos despotismos, duros aunque nobles, malos aunque bellos...*” (Freyre, 1959, p. 14). Sem que seja fruto do acaso, após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, as relações sociais e suas repercussões no mundo dos engenhos continuaram, ainda que sob outras bases, centradas em formas de poder que mantinham modelos de servidão análogos à escravidão. Como menciona Ivson Bruno da Silva, em *Territórios do fantástico em Pernambuco: o espaço em narrativas de Gilberto Freyre e Jayme Griz*:

As relações de propriedade de terra e emprego de capital giravam, além da construção da capacidade de industrialização açucareira, em torno da quantidade de escravos. Quando, em 1888, oficializa-se o fim da escravidão no Brasil, assinada pela Princesa Isabel, a esperança de liberdade alcança o cotidiano escravocrata. Apesar disso, a crise do açúcar posterior à abolição resultou mais da falta de mercado externo do que da libertação. A nova lei instituída trouxe apenas o direito do negro de não ser propriedade de um senhor, mas continuavam em condições de vida precária (Silva, 2021, p. 40).

Vivia-se, à época, uma peculiar concepção de liberdade: os negros, que viviam em senzalas e quilombos, com a Lei Áurea, foram libertos, mas ficaram na miséria, sem nenhuma perspectiva individual ou coletiva de sobreviver com dignidade. Aqueles que antes viviam sob a tutela de um senhor de engenho, agora não tinham ocupação ou lugar para viver. Essa condição é perceptível na representação da mucama Teresa, que tem participação significativa no desenrolar do conto, que narra em seu enredo o infortúnio de Flora, estudante de um colégio de Recife e filha do coronel Barbosa, poderoso senhor de engenho. Em uma de suas idas à capital, o seu pai descobriu que ela se relacionava com um caixeiro-viajante de um armazém de fazendas do Largo do Livramento. Ele não gostou do namoro e pediu para ela esquecer o rapaz. Florinha prometeu acabar a história, porém, não findou o enlace. Passado algum tempo, a esposa do Coronel Barbosa morreu, o que obrigou a volta da moça para a cidade do Cabo. Todavia, o pai descobre que a filha continuava o relacionamento com o caixeiro, proibindo-lhe de sair do Engenho Barbalho, tirou-a da escola em Recife e a manteve sob estreita vigilância. Certo dia, ao acompanhar os festejos do padroeiro da cidade, São Sebastião, ela reencontrou o caixeiro do Recife, que a convidou para fugir.

Nesse contexto, o componente de violência surge no conto sob outro olhar, para além da escravidão estrutural citada anteriormente, a partir da representação da mucama Teresa, responsável por incentivar Florinha em seu plano de fuga, e dos retirantes que vão perseguir e matar a filha do coronel. O casal havia combinado um sinal para o início da fuga, e assim o rapaz fez, assobiando, quando Florinha saiu do quarto pela janela e, no trajeto para o local do encontro, ela chamou a atenção do cachorro da casa-grande. Teresa havia esquecido de prendê-lo, o que a fez pensar no que sucederia se o senhor de engenho descobrisse que ela foi cúmplice na fuga da sua filha. O medo da mucama tem relação direta com o que é

indicado por André Luís Galvão, em *O Coronelismo na Literatura: espaços de poder*, ao ressaltar que:

A obediência ao coronel [...] é sustentada por sentimentos contraditórios, mas que constantemente se alternam entre si, num misto de temor e admiração, ao mesmo tempo devoção e medo do grande chefe, representante das classes mais favorecidas, num contraste flagrante com a pobreza do povo sertanejo (Galvão, 2018, p. 26).

Por ser um coronel, e, portanto, aquele a quem devia uma “devoção”, palavra facilmente substituída por submissão, Teresa, uma escravizada, temia a reação de quem era responsável por mandar no lugar onde ela vivia. Esse receio tem origem no sentimento de pavor provocado por saber como os senhores de engenho tratavam os escravos que fugiam ou que os traíam. Por isso ela começou a gritar para que a fugitiva voltasse para casa: “D. Florinha! Não faça isso, D. Florinha! Volte pra casa!” (Griz, 1956, p. 58). O temor e o medo de punição, a subserviência em que vivia ante às obrigações na casa-grande, porém, não impediam que Teresa ocupasse uma contraditória função maternal em relação a Florinha, quando ela, vigiada pelo pai, refugiava-se na solidão do engenho (Griz, 1956, p. 57).

Além dessas questões, envolvendo universos histórico-sociais demarcados pela violência, podemos situar esse registro na caracterização ficcional do Coronel Barbosa, cujas condutas reforçam a perspectiva de que a brutalidade é inerente à sua visão de mundo e a dos coronéis. Ao fazer a descrição do personagem, Pedro Velho refere-se a ele como um “homem sisudo e de poucas palavras” (Griz, 1956, p. 56). Tais características destacam como estereótipos deixam marcas na ideia de violência sob um ponto de vista individual, mas esse registro deve ser apreendido sob um plano mais amplo, visualizando na imagem do homem nordestino uma resposta de uma estrutura histórica que assim busca defini-lo. Ao narrar a história de Zé Cambinda, Pedro Velho ressalta o processo de validação desse sujeito brutal como fruto de uma tradição construída ao longo do tempo:

O nordestino, portanto, fruto de uma história e uma sociedade violenta, teria como uma de suas mais destacadas características subjetivas a valentia, a coragem pessoal, o destemor diante das mais difíceis situações. A literatura de cordel e outras manifestações literárias da região, a partir dos anos 20, não

cansam de decantar homens valentes que conseguem resolver as mais difíceis situações por uma atuação pessoal e individual. Coragem e um apurado sentido de honra seriam características constituintes destes homens, que não levariam desaforo para casa. Homens que prefeririam morrer lutando. [...] A própria posse da arma era uma questão de honra, símbolo máximo de sua liberdade pessoal, e só a morte os fazia entregar as armas para quem viesse tomá-las (Albuquerque Júnior, 2013, p. 176).

Essa violência, presente no conto pelas ações do senhor de engenho, fica salientada no contexto em que ele descobre o enlace amoroso de sua filha com o caixeiro-viajante, contra o qual se opõe, agindo com autoritarismo em relação à vida de Flora, percepção que reverbera até a atualidade, sob a força do patriarcado:

Pouco tempo depois, o velho Barbosa enviuvou. A filha foi passar uns dias com o pai no engenho. Ali, começou ela a receber cartas do moço do Recife. O velho descobriu a correspondência da moça. Ralhou muito, e severamente, com a filha, e terminou tirando D. Florinha do colégio do Recife. A vigilância agora era grande em torno da moça. Ela entristecia e se acabrunhava com aquela vigilância do pai e com a prisão em que vivia. Não saía mais sozinha. Pouco vinha ao Cabo. E quando vinha, era acompanhada do pai. Não ia mais ao Recife. Nem mesmo em companhia do velho Barbosa. E assim vivia agora D. Florinha na sua solidão do Barbalho. (Griz, 1956, p. 56-57)

Com tal atitude, Coronel Barbosa mostrou mais uma vez a violência que lhe era marcante. Este comportamento vem da concepção de que o homem, mesmo que seja o pai, tem que mostrar à filha quem mandava dentro e fora da casa. Leitura que se mostra como algo corriqueiro no comportamento dos homens naquela época e, porque não dizer, ainda nos dias atuais: o fato de acharem que filhas e esposas são suas propriedades e que lhes devem obediência e lealdade.

A conotação de mando externada na relação do pai com a filha também se mostra em relação à dependência daqueles mais vulneráveis e necessitados. Esse registro fica patente quando o coronel Barbosa toma consciência que a filha estava lhe desobedecendo e fugindo com o moço de Recife. Ao tentar impedir tal ato, ele foi “acompanhado de dois retirantes que dormiam ali bem perto, no engenho” (Griz, 1956, p. 58). Os retirantes eram a mão de obra mais recorrente dos latifundiários, nunca por opção, mas por necessidade de sobreviver, fugindo que estavam da seca e da fome no sertão. A menção aos retirantes, além de reiterar os vínculos e a dependência dos senhores de engenho, ganha relevo nesta análise por eles

protagonizarem o trágico desfecho do conto. Ao ouvir toda a gritaria da mucama, e os latidos do cachorro da casa, o casal fugiu a cavalo, perseguidos pelo pai da moça, em direção ao Cabo. Coronel Barbosa pediu que seus homens atirassem para o ar, mas de nada serviu, pois os jovens seguiram no seu trajeto de fuga. Na perseguição, porém, o cavalo que carregava os fugitivos tropeçou, tombou e levou junto à Florinha. O rapaz a ajudou, viu que nada de grave havia lhe ocorrido e continuou na fuga. Desesperado, Barbosa manda que seus homens atirassem no cavalo: no escuro da noite, o vigia da casa-grande atira, acerta o cavalo e também alveja o casal, que morrem na hora.

Essa trágica história é parte de um processo social que ultrapassa as menções às abusões e aos fenômenos sobrenaturais contidos no conto, presente como pano de fundo em nossa análise. Ponderamos que a trama pode ser absorvida como uma metáfora que sintetiza a construção das bases violentas em que surgiram os coronéis e o seu banditismo perante aqueles que estavam submetidos aos seus domínios e às suas exigências, seja com membros da família ou com os que habitavam suas terras. No fim do relato, os enamorados são mortos e os seus assassinos não são punidos. As penalidades para o coronel e os seus funcionários não ocorrem. Como cita Rejane Carvalho, no espaço geográfico e social nordestino o estado é substituído pelos coronéis nas funções da polícia e da justiça (Carvalho, 1987, p. 194). Essa visão equivocada de justiça leva à violência perpetrada contra a filha que não obedece às ordens de um pai, que não quer que ela namore um rapaz em que ele não vê futuro, deixando entrever que a rejeição do coronel ao relacionamento decorre de divisões sociais. O rapaz era caixeiro-viajante, portanto, pobre, contradizendo sua expectativa para o futuro da filha, que deveria se casar com alguém abastado, para ampliar ainda mais o seu poder. A forma como os coronéis tratavam questões conflituosas, mesmo as do seu mundo íntimo, desencadeavam sempre respostas brutais contra quem os confrontava.

### **Considerações Finais**

O texto literário é capaz de externar várias situações de mundo, negando, afirmando ou reafirmando marcas da realidade. Sob esse prisma analisamos a narrativa “O cavalo fantasma da estrada do Engenho barbalho”, de Jayme Griz,

cujo enredo se passa em um contexto no qual o cerceamento de direitos e o uso da violência foram instrumentos utilizados para endossar os valores defendidos por senhores de engenho no estado de Pernambuco, em meados do século XIX. Como buscamos demonstrar neste estudo, os referenciais teóricos que nortearam nossas reflexões sobre a atuação desses coronéis na Zona da Mata Sul e como a violência surge em seus domínios decorreram das leituras de Rejane Carvalho, Durval Júnior e André Galvão.

Essas concepções teóricas permitiram identificar a atuação do senhor de engenho no conto que, análogo às práticas dos coronéis que seriam disseminadas no século XX, referenda a violência em três situações: por meio da escravidão, relacionada à estrutura mantida na casa-grande e nas ações individuais do senhor Barbosa. Não por acaso, derivou das atitudes desse personagem o crime brutal que ganharia conotação sobrenatural no enredo, fenômeno que ganhou projeção por meio da literatura, mas que permanece atual na realidade nordestina. A miséria, a pobreza e as desigualdades, condicionadas às novas formas assumidas pelo coronelismo, ainda permanecerem como uma marca na sociedade do município do Cabo no século XXI.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920 – 1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Planejamento e clientelismo no Nordeste. São Paulo: Garamond, 2006.

CARVALHO, Rejane. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste. In: **Caderno Estado Social**, Recife, v. 3, n. 3, p.193-206, 1987.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: GRIZ, Jayme. **Acauã** (Poemas). Recife: Gráfica Imprensa Oficial, 1959.

GALVÃO, André Luís Machado. **O coronelismo na literatura**: espaço de poder. Cruz das Almas / BA: UFRB, 2018.

GRIZ, Jayme. **O lobishomem da porteira velha** (Histórias). Recife: Arquivo Público Estadual, 1956

SILVA, Ivson Bruno da. **Territórios do fantástico em Pernambuco**: o espaço em narrativas de Gilberto Freyre e Jayme Griz. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba – Campus I, João Pessoa, 110 f., 2021.